

GERAL ▽ CONFLITO

Índios não saem da área em litígio

**Terra foi concedida em favor de madeireiras.
Prazo para executar despejo encerra hoje**

Guarim Liberato
JORNAL DE SANTA CATARINA
AGÊNCIA RBS/DOCTOR PEDRINHO

Contrariando a vontade das lideranças e da Fundação Nacional do Índio (Funai), os xokleng, kaingang e guarani da Reserva Indígena Duque de Caxias, no Alto Vale, decidiram não sair da área em litígio, na localidade de Bonsucesso, entre Itaiópolis e Doutor Pedrinho. A área foi concedida através de liminar do juiz Gilmar Lange, da comarca de Itaiópolis, em favor das madeireiras Mobasa/Batistella e Terra Nova. O prazo para a Polícia Militar executar a operação de despejo, que concederá a reintegração de posse às madeireiras, encerra hoje.

O pedido de retirada feito pelo assessor do presidente da Funai, Aniceto Weber, e o admi-

nistrador regional da Funai em Curitiba, João Gilberto da Silva Nogueira, não agradou os índios que os detiveram na localidade de Bonsucesso. Aniceto Weber foi liberado para negociar com o juiz Gilmar Lange um novo prazo para o cumprimento da liminar enquanto João Gilberto ficou detido em poder dos índios como refém. "Tentarei convencer a comunidade que é melhor nos retirarmos temporariamente para evitar confronto com a polícia", disse o cacique geral da reserva, Aniel Priprá.

O juiz Gilmar Lange aceitou as ponderações do assessor do presidente da Funai de prorrogar a operação da Polícia Militar que garantiria a execução da ação judicial para conceder a reintegração de posse das madeireiras Mobasa/Batistella e Terra Nova. Segundo Lange, a prorrogação com prazo até o dia 4 de agosto (terça-feira) só seria realizada caso os índios liberassem o administrador regional da Funai, João Gilberto da Sil-

va Nogueira, que até as 20h15min de ontem continuava retido na reserva indígena.

PEDIDO - Além de pedir a suspensão da operação militar, prevista para hoje, o assessor do presidente da Funai expôs ao juiz de Itaiópolis as solicitações do ministro da Justiça, Renan Calheiros, para deixar os índios na área em litígio até a conclusão do trabalho de demarcação que está sendo realizado pela Funai. Caso o estudo comprove que a área pertencente aos índios é realmente maior, a Funai desapropriará as terras e indenizará a todos, desde madeireiras, colonos e índios, explica o juiz Gilmar Lange.

Os indígenas, no entanto, já têm como certo o direito à área em litígio e pretendem não sair dos acampamentos. "Nós somos o documento de nossas terras. Eu nasci, cresci e ainda estou sofrendo neste local, e sei muito bem os limites", desabafou o xokleng Aristides Criri, 78 anos.